



32662187



08084.002402/2024-53



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Licitações

NOTA TÉCNICA Nº 73/2025/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08084.002402/2024-53

INTERESSADO: COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DOCUMENTAL E SERVIÇOS GERAIS

1. INTRODUÇÃO

1. Trata-se da consolidação da análise da proposta e da documentação de habilitação do fornecedor **Garra Serviços de Segurança e Conservação LTDA**, CNPJ nº 48.024.746/0001-61, primeiro colocado após a fase de lances do **Pregão Eletrônico nº 90008/2025** (32470922) cujo objeto é a contratação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de todo o material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução dos serviços, para atender as necessidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (Órgão Gerenciador), da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN (Órgãos Participantes), em Brasília/DF, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

2. DA ANÁLISE DA PROPOSTA E DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

2.1. Por meio do Despacho nº 167 (32645442), os presentes autos foram encaminhados à unidade demandante para análise da proposta e da habilitação técnica apresentadas pela licitante. No que se refere à análise da conformidade da proposta comercial e da planilha de custos e formação de preços, a área demandante teceu as seguintes considerações consignadas na Nota Técnica 51 (32661853):

2.1. Em análise preliminar, constatou-se que a planilha de custos apresentada pela licitante provisoriamente classificada em 1º lugar não observou integralmente o modelo estabelecido no Anexo II do Termo de Referência, o qual define a estrutura, a sequência dos módulos e demais elementos que devem compor a proposta de preços.

2.2. Ressalte-se que, embora o Anexo III do Termo de Referência disponibilize, de forma opcional, arquivo eletrônico editável para facilitar o preenchimento, tal faculdade não exime os licitantes da obrigatoriedade de seguir rigorosamente o formato e a organização previstos no modelo oficial. A proposta apresentada, ao divergir dessa formatação, compromete a padronização necessária para a adequada análise e comparação entre as ofertas, em afronta às disposições editalícias aplicáveis.

Além disso, verifica-se que a planilha de custos apresentada contém os seguintes erros:

a) Prazo de validade da proposta: o prazo informado está em desacordo com o item 6.9 do Edital, que estabelece que “o prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação”. A proposta apresentada indica prazo de apenas 60 dias.

b) Regime de contribuição previdenciária: a licitante apresentou declaração de que recolhe a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta, em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, porém a planilha de custos não reflete tal situação, uma vez que foi incluída a alíquota de 20% de INSS sobre a folha e não foi cotada qualquer alíquota sobre o faturamento.

c) Cálculo do posto de jazeiro: não foi identificado na planilha o cálculo referente ao posto de jazeiro, impossibilitando aferir a correção dos cálculos que levaram à composição dos valores apresentados no item 9 da proposta (“Esquadrias – Face externa com exposição a risco”).

d) Lista de equipamentos, materiais e insumos: a relação apresentada na planilha de custos diverge completamente da listagem indicada no Anexo I do Termo de Referência, comprometendo a aderência às especificações técnicas da contratação.

2.4. Diante do exposto, sugere-se diligenciar a licitante para que apresente a planilha de custos em conformidade com o modelo e a estrutura definidos no Anexo III do Termo de Referência, de modo a sanar as desconformidades verificadas. Recomenda-se, ainda, que seja utilizado o arquivo eletrônico com o modelo de planilha de custos constante no Anexo III do Termo de Referência, de modo a facilitar o preenchimento, assegurar a padronização e permitir a adequada verificação dos cálculos apresentados.

2.2. Por sua vez, quanto às exigências de qualificação técnica, o setor técnico observou que os atestados apresentados pela licitante não demonstram o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Edital recomendando, diante disso, a análise da necessidade de promoção de diligência.

3.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante apresentou 2 (dois) atestados de capacidade técnica:

a) Atestado emitido pelo Condomínio Residencial Meridian – indica a prestação de serviços de limpeza, conservação e portaria, com alocação de 7 (sete) postos de trabalho, no período de 08/03/2024 a 08/03/2025.

b) Atestado emitido pela empresa Supermercados Tatico – informa a prestação de serviços de limpeza e conservação com 117 (cento e dezessete) postos de trabalho simultâneos, no período de 20/12/2023 “até a presente data”. Entretanto, o documento não apresenta a data de sua emissão, o que inviabiliza a determinação exata do período efetivamente executado. Ainda que se adote como referência para a expressão “até a presente data” o dia da abertura da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 90008/2025, o período de execução comprovado seria insuficiente para atender ao requisito mínimo previsto no item 9.31.1.1 do Edital, que exige comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, admitindo-se o somatório de atestados de períodos distintos.

3.2. Dessa forma, verifica-se que os documentos apresentados não atendem integralmente ao requisito de qualificação técnica exigido, uma vez que o somatório dos períodos comprovados nos atestados apresentados não perfaz o mínimo de 3 (três) anos de experiência na execução dos serviços objeto da licitação.

3.3. Considerando a inconsistência verificada, sugere-se que a Coordenação-Geral de Licitações (CGL) analise a viabilidade, ou não, de se promover diligência junto à licitante, nos termos do item 9.14 do Edital, com vistas a sanar a falha constatada.

3. DA ANÁLISE DOS DEMAIS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, econômico-financeira e técnica estão previstos nos itens 9.6. a 9.39. do Anexo I do Edital do PE nº 90008/2025 (32470922). No tocante à qualificação econômico-financeira, as exigências a serem atendidas são:

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

- (...)
- 9.25.1 **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação**, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- 9.25.2. **Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação**, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- 9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:
- 9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2. Nesse sentido, para verificação do cumprimento das exigências, esta pregoeira procedeu à análise do balanço patrimonial da licitante referente ao exercício de 2024. Da análise realizada, constatou-se que a empresa **não** atende aos requisitos previstos nos itens 9.25.1 e 9.25.2 do Edital do PE nº 90008/2025, conforme registrado no documento SEI nº 32670036 e demonstrado, a seguir:

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Anexo I do Edital PE Nº 90008/2025 (SEI Nº32470922)				
Anexo I do Edital	DESCRIÇÃO	SEI	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
9.24.	Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;	32645149	ATENDE	*
9.25.	balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:	32670000	ATENDE	Relatório referente ao último ex - 2024.
9.25.1.	Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;	32670036	NÃO ATENDE	16,66% X R\$ 9.691.851,84 (valor da contratação) = R\$ 1.61 Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) = R\$ 347.847,44 Valor mínimo exigido: R\$ 1 Valor apresentado: R\$ 347.847,44 Resultado: 347.847,44 < 1.61 (Requisito não atendido)
9.25.2.	Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor anual estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.	32670036	NÃO ATENDE	10% do valor anual da contratação = R\$ 969.185,18 Patrimônio líquido (PL) = R\$ 39.083,33 Valor mínimo exigido: R\$ 96.918,52 Valor apresentado: R\$ 39.083,33 Resultado: 347.847,44 < 969.185,18 (Requisito não atendido)
9.28.	9.28. Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos: 9.28.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e	32670036	ATENDE	Contratos firmados: R\$ 469.185,18 R\$ 39.083,33 Patrimônio líquido (PL): R\$ 39.083,33 Resultado: 39.083,33 ≤ 469.185,18 (Requisito atendido)
9.28.2.	9.28.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.	32670036	*	Diferença apurada: Situação: Não apresentou justificativa (Requisito não atendido)

4. CONCLUSÃO

- 4.1. Diante do exposto, conclui-se que a licitante Garra Serviços de Segurança e Conservação LTDA, CNPJ nº 48.024.746/0001-61 **não atende aos requisitos de qualificação econômico-financeira** estabelecidos nos itens 9.25.1 e 9.25.2 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90008/2025, em desacordo com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.2. Embora o julgamento da proposta preceua a análise das condições de habilitação, como estabelece o item 8.6. do instrumento convocatório, a constatação inequívoca de falha insanável de que a licitante não preenche os requisitos de habilitação econômico-financeira, como demonstrado na análise empreendida, autoriza a imediata desclassificação da licitante. Tal procedimento fundamenta-se nos princípios da celeridade e eficiência do processo licitatório
- 4.3. Dessa forma, procede-se a desclassificação da proposta do fornecedor **Garra Serviços de Segurança e Conservação LTDA**, CNPJ nº 48.024.746/0001-61 e sua inabilitação para o Pregão Eletrônico nº 90008/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lidianny Almeida de Carvalho Queiroz, Chefe da Divisão de Licitações**, em 15/08/2025, às 13:38, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **32662187** e o código CRC **10D543EE**.
O documento pode ser acompanhado pelo site <http://sei.consulta.mj.gov.br/> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.